

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio Econômico

Departamento de Ciências Contábeis

Por que o Estado de Santa Catarina não adere ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Imposto Simples

André Silveira

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

1997

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio Econômico

Departamento de Ciências Contábeis

Por que o Estado de Santa Catarina não adere ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Imposto Simples

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

Acadêmico : André Silveira

Orientador : Prof. Alexandre Zoldan da Veiga

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil


1997

Título: Por que o Estado de Santa Catarina não adere ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Imposto Simples

Autor: Acadêmico André Silveira

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 8,0 atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

Florianópolis, 08 de Dezembro de 1997


Prof.^ª Maria Denize Henrique Casagrande
Coordenadora de monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof. Alexandre Zoldan da Veiga
Presidente


Prof.^ª Maria Denize Henrique Casagrande
Membro

Prof. Samuel da Silva Mattos
Membro

“ Pus o meu sonho num navio e o navio em cima do mar; - depois, abri o mar com as mãos para meu sonho naufragar.

Minhas mãos ainda estão molhadas do azul das ondas entreabertas, e a cor que escorre dos meus dedos colore as areias desertas.’

(...)

Depois, tudo estará perfeito: praia lisa, águas ordenadas. Meus olhos secos como pedras e as minhas duas mãos quebradas.”

(Cecília Meireles, “canção” p. 15)

Agradecimentos

Aos meus pais e meus irmãos por me incentivar continuamente para a conclusão de meus estudos.

Ao Prof. Alexandre Zoldan da Veiga, pelo tempo cedido para o auxílio desta monografia.

Aos meus amigos de Universidade pois deram um incentivo a mais para a confecção desta monografia.

Ao senhor Carlos Pedrinho Zimmermann, funcionário da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, pelo auxílio na redação desta monografia.

I - Sumário:

Capítulo I

1.1. Introdução	1
1.2. Considerações Iniciais	1
1.3. Formulação do problema	3
1.4. Objetivo	5
1.5. Metodologia aplicada	5
1.6. Limitações à pesquisa	6

Capítulo II

2.1. Introdução	7
2.2. Considerações Iniciais	7
2.3. Definição de Imposto e Contribuição Social	7
2.4. Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	8
2.5. Da Opção	10
2.6. Percentuais de recolhimento dos Impostos e Contribuições	10
2.7. Os Impostos e Contribuições que o SIMPLES abrange	12
2.8. Os Impostos e Contribuições que o SIMPLES não abrange	13
2.9. Da escrituração contábil	14
2.10. Da restrição na utilização de incentivos fiscais e transferências de créditos	15
2.11. Da vedação ao SIMPLES	15
2.12. Prazo e Forma de pagamento	17
2.13. Da exclusão do SIMPLES	18
2.14. Exemplos Práticos	20

Capítulo III

3.1. Introdução	23
3.2. Considerações iniciais	23
3.3. Princípios constitucionais que o SIMPLES fere	24
3.3.1. Princípio da não-cumulatividade	24
3.3.2. Princípio da Legalidade	25
3.3.3. Princípio da Seletividade	28
3.3.4. Princípio da Indelegabilidade Tributária	30
3.4. Fazenda não adere ao SIMPLES	30
3.5. Por que Santa Catarina não adere ao SIMPLES	32
3.6. Carga tributária das empresas que não optarem pelo SIMPLES	37
3.6.1 Empresa não enquadrada no SIMPLES, c/ relação ao INSS (não tendo Empregados)	38
3.6.2. Empresa enquadrada no SIMPLES, c/ relação ao INSS (não tendo Empregados)	38
3.6.3. Empresa tendo empregados (com relação aos Encargos Sociais)	38
3.7. Pontos favoráveis e desfavoráveis do SIMPLES	40
3.7.1. Pontos favoráveis do SIMPLES	40
3.7.2. Pontos desfavoráveis do SIMPLES	40
3.8. As razões que levam os Estados a não aderirem ao SIMPLES	41
3.9. O SIMPLES / Paraná	43
3.10. O Estado do Maranhão adere ao SIMPLES suas alíquotas	45
3.11. Exemplos práticos	46
Conclusões e Recomendações	48
Conclusões	48
Recomendações	49
Bibliografias	50
1. Legislação	50

2. Periódicos	51
3. Livros	52

Lista de Abreviaturas:

SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

ME - Microempresa.

EPP - Empresa de Pequeno Porte.

CF - Constituição Federal.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

ISS - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza.

CTN - Código Tributário Nacional.

UFIR - Unidade Fiscal de Referência.

DARF-SIMPLES - Documento de Arrecadação da Receita Federal .

IRPJ - Imposto de Rendas das Pessoas Jurídicas.

PIS/PASEP - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.

SAT - Seguro Acidente de Trabalho.

IOF - Imposto sobre operações de créditos, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores mobiliários.

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros.

IE - Imposto sobre Exportação.

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

UPF - Unidade Fiscal do Paraná.

Cont. Seg. - Contribuição para a Seguridade Social.

SESI/SESC - Serviço Social da Indústria - Serviço Social do Comércio.

SENAI/SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte.

DOU - Diário Oficial da União.

Lista de Gráficos:

Gráfico 1 - Comparação entre o SIMPLES e a tributação Normal (Exercício Cap.II para ME).

Gráfico 2 - Comparação entre o SIMPLES e a tributação Normal (Exercício Cap. II para EPP).

Gráfico 3 - Distribuição dos Contribuintes do ICMS.

Gráfico 4 - Comparação entre as três formas de tributação Exemplo de R\$ 40.000,00.

Gráfico 5 - Comparação entre as três formas de tributação Exemplo de R\$ 70.000,00.

Gráfico 6 - Contribuinte do ICMS do Paraná.

Gráfico 7 - Comparação entre o SIMPLES e a tributação normal (exemplo cap. III).

Lista de Tabelas:

Tabela 1 - Carga Tributária para ME.

Tabela 2 - Carga Tributária para EPP.

Tabela 3 - Limite de Enquadramento para ME e EPP.

Tabela 4 - Faturamento mensal (exercício).

Tabela 5 - Resolução do exercício pelo SIMPLES.

Tabela 6 - Resolução do exercício pelo Lucro Presumido e cálculos dos demais Impostos para ME.

Tabela 7 - Resolução do exercício pela tributação Normal e pelo SIMPLES para EPP.

Tabela 8 - Carga Tributária pelo SIMPLES para ME.

Tabela 9 - Carga Tributária em 1996 para ME.

Tabela 10 - Cálculo dos exemplos de tributação Normal.

Tabela 11 - Cálculo dos exemplos de tributação Antiga.

Tabela 12 - Cálculo dos exemplos pelo SIMPLES.

Tabela 13 - Porcentagem gasta com Encargos Sociais.

Tabela 14 - Evolução dos Contribuintes do ICMS/ Paraná.

Tabela 15 - Carga tributária das Me no Maranhão.

Tabela 16 - Alíquota do ICMS.

Tabela 17 - Resolução do exercício pelo SIMPLES e pela Tributação Normal.

Capítulo I

1.1. Introdução

Neste capítulo mostraremos, de forma bem simplificada, como será redigida esta monografia nos itens como: considerações iniciais, formulação do problema, objetivo, metodologia aplicada e limitações à pesquisa.

1.2. Considerações Iniciais

O constituinte procura estabelecer normas para tratar de maneira diferenciada as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações tributárias. A União cria uma nova sistemática de pagamento de Impostos e Contribuições, pois a Constituição Federal permite seu tratamento diferenciado.

De acordo com artigo 179 da C.F.

“Art. 179 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, assim definidas em lei, tratamento diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.”

Decorrente da grande quantidade de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que existem no país, a União cria o regime do Simples, oferecendo-lhes algumas vantagens e desvantagens.

O SIMPLES (Sistema integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) é uma forma unificada de pagamento de Impostos e Contribuições Federais. Além de desburocratizar o pagamento dos Impostos, reduzindo a quantidade de papéis e formulários, unifica também a data de pagamento de todos eles.

O SIMPLES é instituído pela Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que institui uma nova carga tributária para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte. É esclarecido através de Instruções Normativas, que são publicadas pela Receita Federal .

Já a nível Estadual as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte estão sendo regulamentadas pela Lei nº 9.830, de 16 fevereiro de 1995.

Segundo FABRETTI (1997, p.28), “ o planejamento tributário preventivo (antes da ocorrência do fato gerador do tributo) produz a elisão fiscal, ou seja, a redução da carga tributária dentro da legalidade.”

Hoje, com um bom planejamento tributário, através de lacunas deixadas pela legislação tributária, pode-se obter vantagens em termos monetários. O grande perigo do mal planejamento é terminar em evasão fiscal, Fato que conforme FABRETTI (1997, p.28) “poderá ser classificado como crime de sonegação fiscal.”

Esse planejamento preventivo pode, no caso do SIMPLES, ocorrer com uma redução no pagamento dos impostos, assim usando esses recursos em outras partes da empresa. Essas lacunas são bem mais lentas em relação às mudanças econômicas (globalização e abertura econômica).

As Microempresas estão divididas em três patamares de acordo com sua receita bruta, conforme artigo 5º da Lei 9.317/96 que é demonstrado no quadro abaixo:

Carga tributária para ME - Tabela 1

Contribuição ou Imposto	Microempresa porcentagem devida		
	Até R\$60.000,00	de R\$60.000,01 Até R\$90.000,00	de R\$90.000,01 até R\$120.000,00
IRPJ	Zero	Zero	Zero
PIS/PASEP	Zero	Zero	Zero
CSLL	Zero	0,4%	1%
COFINS	1,8%	1,6%	2%
Contribuição Previdenciária parte do empregador	1,2%	2%	2%
Total	3%	4%	5%
IPI	0,5%	0,5%	0,5%
Total	3,5%	4,5%	5,5%
ICMS e/ou ISS	até 1%	até 1%	até 1%
Total geral	Até 4,5%	Até 5,5%	Até 6,5%

Fonte (COAD nº 45/96, p 509)

Enquanto as Empresas de Pequeno Porte estão divididas em cinco patamares, de acordo com a receita bruta, conforme o artigo 5º da Lei nº 9.317/96 que é demonstrado no quadro abaixo:

Carga tributária para EPP - Tabela 2

Contribuição /Imposto	Empresa de Pequeno Porte percentual devido				
	até R\$240.000,00	R\$240.000,01 até R\$360.000,00	R\$360.000,01 até R\$480.000,00	R\$480.000,01 até R\$600.000,01	R\$600.000,01 até R\$720.000,00
IRPJ	0,13%	0,26%	0,39%	0,52%	0,65%
PIS/PASEP	0,13%	0,26%	0,39%	0,52%	0,65%
CSLL	1%				
COFINS	2%				
Contribuições previdenciárias parte empregador	2,14%	2,28%	2%	2,56%	2,70%
Total	5,4%	5,8%	6,2%	6,6%	7%
IPI	0,5%				
Total	5,9%	6,3%	6,7%	7,1%	7,5%
ISS e/ou ICMS	até 2,5%				
Total geral	até 8,4%	até 8,8%	até 9,2%	até 9,6%	até 10%

Fonte (COAD nº 45/96, p 509)

Entende-se por Receita Bruta segundo, FIECAFI (1995, p.508) como: “as vendas que deverão ser feitas pelo seu valor bruto, inclusive impostos, sendo que tais impostos e as devoluções e abatimentos deverão ser registrados em contas devedoras específicas, as quais serão classificadas como redutoras das vendas brutas”.

Mas, para fins da sistemática do SIMPLES, consideram-se como receita bruta as receitas provenientes da venda de mercadorias ou serviços, diminuídas das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos.

1.3. Formulação do Problema

Nos tempos de hoje, no qual há muita competição entre empresas para conquista de um determinado mercado, os empresários reclamam do Governo Federal devido a carga tributária

muito elevada e a política tributária que está mudando constantemente. Justificam-se que não podem competir com outras empresas, devido a essas dificuldades.

Segundo Prof. ELIUD (1997, p.12) “São dois, creio, os fatos inspiradores da instituição do SIMPLES: O primeiro, de ordem política; o segundo, juridicamente recomendável.

No campo político, o objetivo é tornar menos penosa a atividade dos desafortunados empresários já combalidos diante das perversas regras impostas pela economia brasileira. Na quadra jurídica realça a prescrição do artigo 179 da C.F. ao determinar que as unidades federadas dispensarão às microempresas e empresas de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado”.

Não seria por uma má gestão gerencial essa pouca competitividade, já que num mercado que hoje só sobrevive quem possui sistemas de custos adequados, um bom gerenciamento de suas atividades e assim produzindo boas informações. Segundo, FIPECAFI (1995, p.101) “ as informações quantitativas que a contabilidade produz, quando aplicada a uma Entidade, devem possibilitar ao usuário avaliar a situação e as tendências destas, com o menor grau de dificuldade possível.” Essas informações, que a contabilidade proporciona aos seus usuários, sejam elas quantitativas ou qualitativas, vêm a ajudar para futuras tomadas de decisões para o melhor andamento da empresa.

Segundo FABRETTI (1997, p.28), “ Fundamental é sem dúvida a função de fornecer elementos para a correta gestão de negócios, permitindo tomada de decisões eficazes.”

Uma boa contabilidade gera informações claras e de boa procedência, através de suas demonstrações financeiras. (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas, Demonstração do Lucro e Prejuízo Acumulado)

Agora o Governo Federal cria um novo tipo de imposto, em que reúne vários tipos, em um único imposto. Assim sendo chamado de Imposto SIMPLES ou “Imposto Único”.

Presume-se que os empresários poderão se organizar e se fortalecer num mercado muito competitivo e de mudanças constantes.

Seria com a cria o deste novo Imposto SIMPLES a saída para esses empresários, pois com essa nova maneira simplificada de pagamento de impostos, tornaria seu gerenciamento bem mais fácil, porque ficaria mais simples a carga tributária das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

1.4. Objetivo

As normas referentes ao SIMPLES, tendo em vista a sua atualidade, demanda estudos e interpretações quer quanto a sua conformação, quer quanto a sua operacionalização.

Pode haver adesão dos microempresários e restrições da administração tributária, uma vez que as normas do SIMPLES fere princípios tributários consagrados.

A nível de Governo Federal, o Imposto SIMPLES engloba vários impostos e contribuições em que compete a união o seu recolhimento.

Mas, a nível Estadual e Municipal, o SIMPLES somente absorve dois impostos que são: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para os Estados , já para os municípios seria o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS).

Vários micros e pequenos empresários pleiteiam a adesão do Estado de Santa Catarina ao SIMPLES. Mas até o presente momento o Governo do Estado de Santa Catarina não pretende aderir ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições. Portanto, tentaremos mostrar quais foram os motivos que levaram o Estado de Santa Catarina a não optar pelo convênio com a União em relação ao SIMPLES.

Também mostraremos a título ilustrativo se algum Estado do Brasil aderiu ao SIMPLES, revelando o percentual cobrado pelo Estado conveniado.

1.5. Metodologia Aplicada:

Por ser uma pesquisa bibliográfica, torna-se trabalhosa a sua escrita, entretanto será confeccionada em quatro etapas:

- primeira etapa - recolher todo material relacionado ao assunto;
- segunda etapa - será feita a leitura do que será recolhido pela primeira etapa;
- terceira etapa - organizar o que será aproveitado para a monografia;
- quarta etapa - redação da monografia.

A leitura e a dedicação será de suma importância para a compreensão do assunto. Além da retirada das informações relevantes para a redação da monografia.

Esta pesquisa será feita em periódicos, livros e legislação pertinente ao tema da pesquisa.

1.6. Limitações à Pesquisa:

A confecção desta monografia se torna um pouco trabalhosa. Por se tratar de um assunto muito recente e com poucas publicações relacionadas ao mesmo, se torna difícil a obtenção de informações sobre o assunto a ser pesquisado.

Capítulo II

2.1. Introdução

Neste capítulo tentaremos demonstrar de uma maneira mais fácil para compreensão, algumas informações sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, a fim de dar uma noção geral sobre o assunto, para seu melhor entendimento.

2.2. Considerações Iniciais

O SIMPLES, numa ótica bem simplificada, nada mais é do que a unificação de vários impostos e contribuições, para atender as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte.

Segundo o Secretário da Receita Federal Everardo Maciel, fevereiro foi o primeiro mês de implantação do SIMPLES, que apresentou uma arrecadação de R\$ 151 milhões. Até agora o único Estado que se integrou ao SIMPLES foi o Estado do Maranhão, além do Distrito Federal para a cobrança do ICMS e ISS conforme o publicado pelo Diário Oficial da União. Já optaram pelo novo sistema cerca de 1.600.000 Microempresas e Pequenas Empresas, das quais 41% em São Paulo. Desse número de optantes, 14% foram de novas empresas. Em Santa Catarina, com o SIMPLES, a União arrecadou cerca de 86 milhões de reais e a nível de Brasil 1.583 bilhões de reais. (Fonte Gazeta Mercantil 12/03/1997, p A-6)

2.3. Definição de Imposto e Contribuição Social

Imposto, segundo FABRETTI (1997, p.116), “é aquele que, uma vez instituído por lei, é devido, independentemente de qualquer atividade estatal em relação ao contribuinte”.

O Código Tributário Nacional também define Imposto no seu artigo 16 como:

“Art. 16 - Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte.”

Já com relação a Contribuição Social, é de competência exclusiva da União instituir Contribuições Sociais conforme artigo 149 da Constituição Federal.

“Art. 149 - Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observando o disposto nos arts. 146,III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195,§ 6º, relativamente as contribuições a que alude o dispositivo”.

O artigo 145 da Constituição Federal não menciona a Contribuição social como um tributo.

“Art. 145 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - Impostos;

II - Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

(...)”

De acordo com FABRETTI (1997, p.118), “ a doutrina e jurisprudência vêm procurando demonstrar que a Contribuição Social é uma quarta espécie do gênero tributo, já que seu impacto é de imposto ora é taxa, ou seja um tributo misto.”

2.4. Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Se define como Microempresa pelo SIMPLES a pessoa jurídica que tenha obtido no ano-calendário anterior, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00. Já as Empresas de Pequeno Porte são definidas pelo SIMPLES como pessoa jurídica que tenha auferido no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 e inferior a R\$ 720.000,00 como está previsto no artigo 2º da Lei nº 9.317/96.

Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, diminuída das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos.

No caso de que a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, comecem suas atividades no próprio ano-calendário, assim será proporcional entre os meses e a receita bruta, para fins de enquadramento.

Conforme tabela que vem a seguir:

Limite de enquadramento para ME e EPP - Tabela 03

Meses de atividade	Limite de enquadramento para ME	Limite de enquadramento para EPP
novembro	110.000	660.000
outubro	100.000	600.000
setembro	90.000	540.000
agosto	80.000	480.000
julho	70.000	420.000
junho	60.000	360.000
maio	50.000	300.000
abril	40.000	240.000
março	30.000	180.000
fevereiro	20.000	120.000
janeiro	10.000	60.000

Fonte (IOB 46/96, p 1560)

A nível Estadual, para fins de enquadramento, conforme a Lei nº 9.830/95 se define Microempresa, como sendo aquela que tiver receita bruta anual, igual ou inferior a 94.101,10 UFIR (Unidade Fiscal de Referência). Enquanto as Empresas de Pequeno Porte, obtiverem receita bruta anual, superior a 94.101,10 UFIR e inferior a 154.740,90 UFIR.

2.5. Da opção

A opção pelo SIMPLES entrou em vigor a partir de 01/01/97 (Lei nº 9.317/96 art. 8º). As microempresas e as Empresas de Pequeno Porte podem aderir inscrevendo-se no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda. Para isso, basta a empresa adquirir nas papelarias autorizadas os formulários - termo de opção, Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica e DARF SIMPLES, preenchê-los corretamente com dados da sua empresa, e entregá-los nas Secretárias ou Delegacias Regionais da Receita Federal da sua cidade.

A opção exercida pela inscrição no “SIMPLES” submeterá a Pessoa Jurídica à referida sistemática a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para o ano todo. Assim, se a pessoa jurídica exercer a opção pela inscrição no SIMPLES até 31/12/97, deverá permanecer nesse regime até 31/12/98. Isso significa que a pessoa jurídica não poderá, por ato voluntário, ser excluída do SIMPLES no curso do ano-calendário de 1997. A exclusão ocorrerá apenas no ano-calendário de 1998. Para o ano de 1998, não está previsto essa prorrogação que houve no ano de 1997, para a inscrição ao SIMPLES. Portanto, sua adesão será até 31/12/97, para entrar no SIMPLES em 1998.

2.6. Percentuais de recolhimento dos Impostos e Contribuições

As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte inscritas na sistemática do SIMPLES deverão, para efeito de recolhimento dos Impostos e Contribuições, aplicar os seguintes percentuais sobre receita a bruta mensal auferida:

Para as Microempresas:

Carga tributária para ME - Tabela 1

Contribuição ou Imposto	Microempresa porcentagem devida		
	Até R\$60.000,00	de R\$60.000,01 Até R\$90.000,00	de R\$90.000,01 até R\$120.000,00
IRPJ	Zero	Zero	Zero
PIS/PASEP	Zero	Zero	Zero
CSLL	Zero	0,4%	1%
COFINS	1,8%	1,6%	2%
Contribuição Previdenciaria parte do empregador	1,2%	2%	2%
Total	3%	4%	5%
IPI	0,5%	0,5%	0,5%
Total	3,5%	4,5%	5,5%
ICMS e/ou ISS*	até 1%	até 1%	até 1%
Total geral	Até 4,5%	Até 5,5%	Até 6,5%

Fonte (COAD nº 45/96, p 509)

Para as Empresa de Pequeno Porte:

Carga tributária para EPP - Tabela 2

Contribuição /Imposto	Empresa de Pequeno Porte percentual devido				
	até R\$240.000,00	R\$240.000,01 até R\$360.000,00	R\$360.000,01 até R\$480.000,00	R\$480.000,01 até R\$600.000,01	R\$600.000,01 até R\$720.000,00
IRPJ	0,13%	0,26%	0,39%	0,52%	0,65%
PIS/PASEP	0,13%	0,26%	0,39%	0,52%	0,65%
CSLL	1%				
COFINS	2%				
Contribuições previdenciarias parte empregador	2,14%	2,28%	2%	2,56%	2,70%
Total	5,4%	5,8%	6,2%	6,6%	7%
IPI	0,5%				
Total	5,9%	6,3%	6,7%	7,1%	7,5%
ISS e/ou ICMS*	até 2,5%				
Total geral	até 8,4%	até 8,8%	até 9,2%	até 9,6%	até 10%

Fonte (COAD nº 45/96, p 509)

* A inclusão do ICMS e ISS dependerá somente da adesão do Estado ou Município ao SIMPLES, por meio de convênio entre o Estado e a União ou Município e União.

Estouro do limite

Ultrapassando o limite da receita bruta, serão adotados os seguintes procedimentos:

- Aplicação da alíquota:

a) Se for ME, a partir do mês em que ocorrer a receita excedente, será aplicada a alíquota da EPP;

b) Se for EPP a alíquota será acrescida de 20%. (Ex: de 7% passará para 8,4%);

- Desenquadramento:

a) no ano seguinte a ME estará automaticamente desenquadrada, podendo inscrever-se no regime de EPP;

b) No caso da EPP, estará automaticamente desenquadrada, passando a adotar, no ano seguinte, os procedimentos de empresa normal.

2.7. Os Impostos e Contribuições que o SIMPLES abrange:

De acordo com o artigo 3º, §1º da Lei 9317/96, a opção pelo Imposto Simples engloba os seguintes impostos e contribuições:

*“Art. 3º - 1 - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
- IRPJ;*

2 - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS - PASEP;

3 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

4 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;

5 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

6 - Contribuição para a Seguridade Social. (parte do empregador), incluso as contribuições de terceiros e S.A.T.,

além da remuneração paga a empregados, autônomos e sócios.

(...).”

No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte forem contribuintes do ICMS e ISS, só será incluída no Imposto Simples para efeito destes impostos, se o Estado ou o Município em que esteja estabelecida venha a entrar no convênio. Esses convênios são também chamados de normas complementares, pois a Lei 9.317/96 só tem competência para legislar sobre os tributos federais (impostos e contribuições). Conforme o artigo 100, IV, do Código Tributário Nacional, assim dispõe sobre convênios:

“Art. 100 - São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

(...)

IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

(...).”

É através destes convênios, pelos quais os Estados poderão aderir à sistemática do SIMPLES em relação ao ICMS, e os Municípios em relação ao ISS.

2.8. Os Impostos e Contribuições que o SIMPLES não abrange

O pagamento dos impostos citados no item anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos e contribuições devidos na qualidade de responsável ou contribuinte, conforme artigo 3º, §2º da Lei nº 9.317/96:

“Art. 3º - 1 - Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores mobiliários - IOF;

2 - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

3 - Imposto sobre Exportação - IE;

4 - Imposto sobre a Renda, relativo a pagamento ou crédito efetuado pela Empresa, além de ganho relativo na alienação de ativos, ganhos líquidos auferidos em aplicações da renda fixa ou variável;

5 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

6 - *Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;*

7 - *Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;*

8 - *Previdência - descontada do empregado e contribuição do sócio (carnê).”*

2.9. Da escrituração contábil

As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão manter, em boa ordem e guarda dos seguintes livros e documentos contábeis, de acordo com artigo 7º da Lei nº 9.317/96:

1. Livro caixa, se não tiver escrituração contábil, no qual deverá estar escrita toda movimentação financeira, inclusive bancária;
2. Livro de registro de inventário, no qual deverão constar os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
3. Todos os documentos e demais papéis que serviram de base para sua escrituração dos livros fiscais;
4. Obedecer as demais obrigações acessórias prevista na legislação previdenciária e trabalhista.

Segundo FRANCO (1985, p.86), “ o Código Comercial, no seu artigo 11 obriga a manterem o Livro Diário e o Copiador de Cartas. Este ultimo, porém, foi dispensado pelo decreto-lei nº 486 de 3/3/69.”

Observar-se que o SIMPLES dispensa a escrituração contábil, somente para fins fiscais. Ficando a empresa (ME e EPP), obrigada a manter em boa ordem a escrituração contábil, pois, a legislação comercial e civil não a dispensam.

De acordo com o artigo 7º, §1º da Lei nº 9.317/96

“Art. 7º (...),

§1º - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.”

O SIMPLES dispensa a contabilidade, mas já sabemos que para um bom andamento das atividades da empresa, a contabilidade é de grande importância, pois é ela que mostrará por meio de suas demonstrações como anda a situação da empresa. A contabilidade dentro de uma empresa reúne informações desde da área de produção até a área financeira. Assim, mostra que a contabilidade possui as mais variadas informações sobre a empresa.

Segundo FIPECAFI (1995, p.58), “ A contabilidade é objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica, financeira, física e de produção, com relação à entidade objeto de contabilização.”

Segundo FABRETTI (1997, p.28), “ a contabilidade, entre outras funções, é instrumento gerencial para a tomada de decisões. Por isso, deve estar atualizada e emitir relatórios simples e claros para o administrador.”

2.10. Da restrição na utilização de incentivos fiscais e transferências de créditos

A inscrição no SIMPLES impede às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte da utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal. Se a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte mantiver Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) não o poderá deduzir do IRPJ o benefício fiscal concedido pela legislação para esse programa. Da mesma forma não poderá ser deduzido do IRPJ o benefício fiscal correspondente ao Vale Transporte.

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte também não poderão apropriar ou transferir créditos relativos ao IPI e ICMS.

Quanto a incentivos fiscais, segundo FABRETTI (1997, p.134), “ A lei de cada ente da federação, titular da competência do imposto, poderá conceder redução do imposto a pagar a título de incentivo fiscal.”

2.11. Da vedação ao Simples

Não poderão optar pelo regime do SIMPLES as Pessoas Jurídicas que estejam enquadradas numa das seguintes hipóteses, conforme o artigo 12 da Lei nº 9.317/96:

“Art. 12 - I - Na qualidade de Microempresa, que tenha auferido no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$120.000,00;

II - Na condição de Empresa de Pequeno Porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$720.000,00;

III - Constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - Cuja atividade seja banco comercial, banco de investimento, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - Que se dedique à compra e venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - Que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - Constituída sob qualquer forma, de cujo o capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de Pessoa Jurídica com sede no exterior;

IX - Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa, desde que a receita a global ultrapasse o limite de R\$720.000,00;

X - De cujo capital participe, como sócio, outra Pessoa Jurídica;

*XI - Cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% de sua receita bruta total;**

XII - Que realize operações relativas a:

*a) Importação de produtos estrangeiros;**

b) Locação ou administração de imóveis;

c) Armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) Propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;

e) “Factoring”;

XIII - Que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, de qualquer outra profissão cujo exercício dependa da habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - Que participe do capital de outra Pessoa Jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da lei nº 7.257, de 27/11/1984, quando se tratar de Microempresa, ou antes da vigência desta lei, quando se tratar de Empresa de Pequeno Porte;

XV - Que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - Cujo titular, ou sócio que participe de seu capital social com mais de 10%, esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - Que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da Pessoa Jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - Cujo titular, ou sócio com participação em seu capital social superior a 10%, adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados."

* Observando o item XI e XII, a ; eles apresentam uma certa semelhança, mas o item XI seria mercadorias compradas de uma empresa importadora. Já no item XII,a ; a ME ou EPP não poderá importar produtos estrangeiros.

2.12. Prazo e Forma de pagamento

O pagamento do SIMPLES será feito da seguinte forma, como está previsto na Lei nº 9.317/96 no seu artigo 28.

O prazo é até o décimo dia do mês seguinte aquele em que a receita bruta foi auferida.

O recolhimento será efetuado através do DARF-SIMPLES.

O recolhimento em atraso será acrescido de multa e juros (SELIC), de acordo com as normas previstas para o Imposto de Renda, inclusive se o valor a recolher for o ICMS e ISS.

2.13. Da exclusão do SIMPLES

A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

Conforme artigos 13 e 14 da Lei nº 9.317/96.

“art 13: A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-a:

I - Por opção;

II - Obrigatoriamente, quando:

a) incorrerem qualquer das situações excludentes constantes do artigo 9º ;

b) ultrapassando, no ano -calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 60.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 1º a exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

§ 2º A ME que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000 , estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de EPP.

§ 3º no caso do inciso II e do parágrafo anterior, a comunicação deverá ser efetuada:

a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso de receita bruta, nas hipótese dos incisos I e II do artigo 9º;

b) até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo a exclusão nas hipóteses dos demais incisos do artigo 9º e da alínea “ B” do inciso II. deste artigo.

Art. 14 A exclusão dar-se-a de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e do parágrafo 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação de pessoa jurídica;

II - embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;

III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domínio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bem de sua posse ou propriedade;

IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou titular, no caso de firma individual;

V - prática reiterada de infração à legislação tributária;

VI - comercialização de mercadoria objeto de contrabando ou descaminho;

VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.”

2.14. Exemplos prático

1. Microempresa que faturou em 1996 R\$ 80.000,00. Inscrita no SIMPLES para o ano de 1997. O Estado não aderiu ao SIMPLES, nem o Município.

Faturamento mensal conforme tabela abaixo - Tabela 04

7

jan/97	10.000	jul/97	11.000
fev/97	15.000	ago/97	8.000
mar/97	9.000	set/97	9.000
abr/97	12.000	out/97	7.000
mai/97	7.000	nov/97	6.000
jun/97	13.000	dez/97	5.000

Resolução pelo SIMPLES - Tabela 05

Mês	Faturamento	%	Imp.devido	Fat.acum.
jan/97	10.000	3	300	10.000
fev/97	15.000	3	450	25.000
mar/97	9.000	3	270	34.000
abr/97	12.000	3	360	46.000
mai/97	7.000	3	210	53.000
jun/97	13.000	4	520	66.000
jul/97	11.000	4	440	77.000
ago/97	8.000	4	320	85.000
set/97	9.000	5	450	94.000
out/97	7.000	5	350	101.000
nov/97	6.000	5	300	107.000
dez/97	5.000	5	250	112.000
total	112.000		4220	

* Os R\$ 4.220,00 seria 3,77% do faturamento anual.

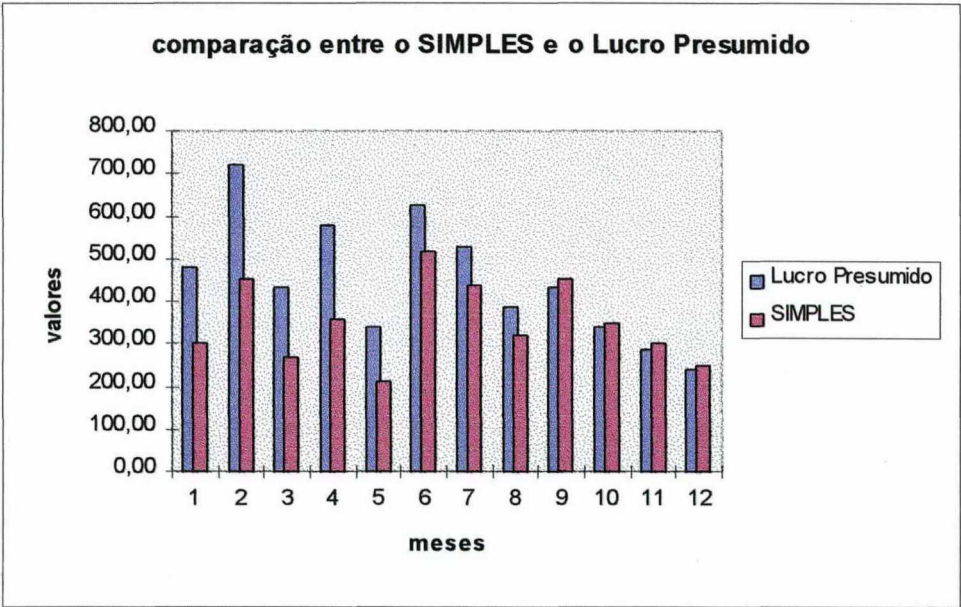
Resolução pelo Lucro Presumido e cálculo dos demais impostos - Tabela 06

Meses	Faturamento	I.R.	C.S.	PIS	COFINS	Total
janeiro	10.000	120,00	96,00	65,00	200,00	481,00
fevereiro	15.000	180,00	144,00	97,50	300,00	721,50
março	9.000	108,00	86,40	58,50	180,00	432,90
abril	12.000	144,00	115,20	78,00	240,00	577,20
maio	7.000	84,00	67,20	45,50	140,00	336,70
junho	13.000	156,00	124,80	84,50	260,00	625,30
julho	11.000	132,00	105,60	71,50	220,00	529,10
agosto	8.000	96,00	76,80	52,00	160,00	384,80
setembro	9.000	108,00	86,40	58,50	180,00	432,90
outubro	7.000	84,00	67,20	45,50	140,00	336,70
novembro	6.000	72,00	57,60	39,00	120,00	288,60
dezembro	5.000	60,00	48,00	32,50	100,00	240,50
Total	112.000	1.344,00	1.075,20	728,00	2.240,00	5.387,20

* Os R\$ 5.387,20 seria 4,81% do faturamento anual.

Não está sendo contado o INSS, relativo a parte do empregador que aumentaria ainda mais a carga tributária. Os cálculos dos impostos foram feitos conforme legislação vigente.(IR - 1,2 %; CS - 0,96%; PIS - 0,65%; COFINS - 2%).

Gráfico 1



A comparação mostra que nesse caso o SIMPLES é vantajoso pois reduz em termos monetários cerca de R\$ 1.167,20, que poderiam ser utilizados em outras partes da empresa.

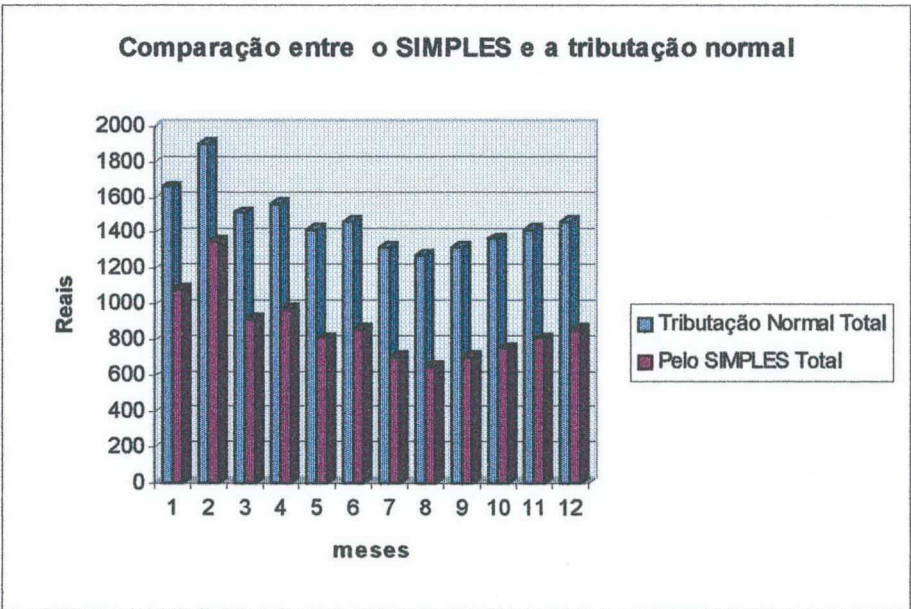
2 - Empresa de Pequeno Porte inscrita no SIMPLES para o ano de 1997. O Estado e o Município não aderiram ao SIMPLES.

Resolução do exercício pela tributação normal e pelo SIMPLES - Tabela 07

Meses	Fat.	Tributação Normal						Pelo SIMPLES		
		IR	CS	PIS	COFI NS	INSS	Total	%	Imp.dev.	Fat.acumulado
jan/97	20.000	240	192,00	130,00	400	695	1657,00	5,4	1080	20.000
fev/97	25.000	300	240,00	162,50	500	695	1897,50	5,4	1350	45.000
mar/97	17.000	204	163,20	110,50	340	695	1512,70	5,4	918	62.000
abr/97	18.000	216	172,80	117,00	360	695	1560,80	5,4	972	80.000
mai/97	15.000	180	144,00	97,50	300	695	1416,50	5,4	810	95.000
jun/97	16.000	192	153,60	104,00	320	695	1464,60	5,4	864	111.000
jul/97	13.000	156	124,80	84,50	260	695	1320,30	5,4	702	124.000
ago/97	12.000	144	115,20	78,00	240	695	1272,20	5,4	648	136.000
set/97	13.000	156	124,80	84,50	260	695	1320,30	5,4	702	149.000
out/97	14.000	168	134,40	91,00	280	695	1368,40	5,4	756	163.000
nov/97	15.000	180	144,00	97,50	300	695	1416,50	5,4	810	178.000
dez/97	16.000	192	153,60	104,00	320	695	1464,60	5,4	864	194.000
Total	194.000	2328	1862,40	1261,00	3880	8340	17.671,40		10.476	

Os cálculos dos impostos foram feitos conforme legislação vigente. (IR - 1,2%; CS - 0,96%; PIS - 0,65%; COFINS - 2%).

Gráfico 2



Observando o gráfico acima mostra uma grande diferença entre as duas formas de tributação, o que pesa bastante numa empresa independente dela ser ME ou EPP, seria os encargos sociais relativo a parte do empregador.

Capítulo III

3.1. Introdução

Com relação a este capítulo tentaremos mostrar, alguns dos motivos que levaram ao Estado de Santa Catarina a não aderir a sistemática do SIMPLES. Justificando com alguns exemplos práticos, a fim de comparar o SIMPLES à atual carga tributária.

3.2. Considerações iniciais

Até o mês de julho de 1997, o Estado de Santa Catarina possuía cerca de, 95.865 Microempresas e 3.722 Empresas de Pequeno Porte, cadastradas, outras empresas correspondem a 53.816, totalizando 153.403 contribuintes do ICMS. (Relatório de contribuintes do ICMS da Secretaria da Fazenda de julho de 1997)

De acordo com a Secretária de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com o SIMPLES o Estado estaria penalizando cerca de 76.000 contribuintes.

É necessário que a União proporcione um prazo mais adequado para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, interessados em ingressar no SIMPLES, possam promover os ajustes necessários à harmonização de suas respectivas legislações tributárias com as normas do SIMPLES.

O único Estado da Federação até agora a aderir ao SIMPLES foi o Estado do Maranhão, além do Distrito Federal. Seus percentuais de recolhimentos serão apresentados no decorrer deste capítulo.

De acordo com o ELIUD (1997, p.11), o SIMPLES fere alguns dos princípios do sistema tributário brasileiro. São eles: o da seletividade, não-cumulatividade, legalidade e o da indelegabilidade da competência tributária.

Até o mês de outubro, 83 municípios do Brasil já aderiram ao SIMPLES; dentro desses, 6 municípios são de Santa Catarina. Esses convênios independem, da adesão do Estado de Santa Catarina.

O Estado do Paraná cria o SIMPLES/Paraná, pois não pretendem aderir ao SIMPLES a nível de ICMS.

Tentaremos definir alguns dos motivos que o Estado de Santa Catarina apresenta como justificativa para o não ingresso à sistemática do SIMPLES.

3.3. Princípios constitucionais que o SIMPLES fere:

Parte da Doutrina em matéria tributária se posiciona pela inconstitucionalidade do SIMPLES, por entenderem que as normas deste novo Imposto ferem vários princípios que regem o Sistema Tributário Nacional.

Princípios Constitucionais Tributários segundo BASTOS (1991, p.107) “São princípios, pois, que oferecem as diretrizes fundamentais da nossa Constituição em matéria tributária.”

Esses Princípios conforme FABRETTI (1997, p.95) “São os grandes fundamentos, as grandes diretrizes lógicas, políticas, sociais e econômica do sistema que prevalecem sobre todas as normas.”

3.3.1. Princípio da Não-cumulatividade

Como se constatou SIMPLES engloba o IPI e se o Estado em que estiver estabelecida a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte aderir ao SIMPLES absorve também o ICMS.

Os impostos indicados acima, que competem à União e os Estados respectivamente, caracterizam-se pela não-cumulatividade, pois compensa-se o que for devido em cada operação (na compra e na venda de mercadorias).

De acordo com ELIUD (1997, p.14) “Essa técnica fiscal que consiste em tributar o valor agregado já convive com o sistema tributário brasileiro há cerca de 30 anos, com o velho imposto sobre vendas e consignações.”

Segundo FABRETTI (1997, p.179) “o ICMS é, por determinação constitucional, um imposto não-cumulativo. Do imposto devido em cada operação será abatido o valor pago na operação anterior.”

Ao abordar o princípio da não-cumulatividade BASTOS (1991, p.122) ensina que “Este princípio é alcançado subtraindo-se do imposto devido na operação posterior o que foi exigível na anterior.”

De acordo com MACHADO (1997, p.274) “A não-cumulatividade do ICMS constitui um dos graves defeitos de nosso sistema tributário. Seus defensores afirmam ser ela um instrumento da modernidade, mas a experiência já demonstrou que a não-cumulatividade é inteiramente inadequada para o Brasil. ”

Mas, a sistemática do SIMPLES veda completamente a utilização dos créditos relacionados ao ICMS e IPI. Conforme artigo 30, da Lei nº 9.317/96.

“Art. 30 - A inscrição no SIMPLES veda, para ME ou EPP, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

Parágrafo único - o disposto neste não se aplica relativamente ao ICMS, caso a unidade federada em que esteja localizada a ME ou EPP não tenha aderido ao SIMPLES.”

O SIMPLES teria uma alíquota fixa, em cascata, que diverge do princípio constitucional da não-cumulatividade, aplicado ao IPI e ao ICMS.

“art. 154 - A união poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios do discriminados nesta constituição.

(...).”

3.3.2. Da Legalidade

Conforme a doutrina autorizada de MACHADO (1997, p.55) “O princípio da legalidade é, no plano do Direito Constitucional, o princípio pelo qual ninguém é obrigado a fazer ou deixar

de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. No Direito Tributário tem-se uma especificação desse princípio, que se costuma chamar princípio da legalidade tributária, significando que nenhum tributo pode ser criado, aumentado, reduzido ou extinto sem que o seja por lei.”

Discorrendo sobre o princípio da legalidade CARRAZZA (1993, p.141) diz que “Também no Brasil, só a lei pode compelir as pessoas a fazerem ou a deixarem de fazer alguma coisa. Detalhando, só a ela é dado definir delitos e penas, impor deveres administrativos, determinar tributos (ou seja, as importâncias em dinheiro que os contribuintes deverão desembolsar para fazerem frente às despesas da coletividade) etc.”

O princípio da estrita legalidade tributária tem especial destaque no capítulo da Constituição da República que trata do Sistema Tributário Nacional.

Previsto no art.150, I, da C.F.:

“Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, ao Estados , ao Distrito Federal e aos Municípios:

*I - Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
(...)”*

Segundo BASTOS (1991, p.108) “para se criar ou aumentar um tributo, não basta qualquer lei. É necessário que se trate de lei que atenda ao que alguns consideram um novo princípio, o da tipicidade tributária. Isto significa que a lei há de: ‘delinear o fato cuja ocorrência fará surgir o dever de pagar o tributo; estabelecer a base de cálculo, isto é, aqueles aspectos mensurável da hipótese de incidência sobre o qual incidirá alíquota; além de indicar o sujeito passivo.’”

Medidas provisórias segundo FABRETTI (1997, p.110) “São medidas em caráter provisório que podem ser adotadas pelo Presidente da República, com força de lei. Devem ser aprovadas e convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de 30 dias, sem o que perdem sua eficácia, desde a data da edição. Cabe ao Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória, que não convertidas em lei, perde sua eficácia.”

Conforme MACHADO (1997, p.57) “Há quem sustente ser inadmissível a criação de tributo por meio de medida provisória. Ocorre que o artigo 62 da Constituição Federal de 1988

não especificou as matérias a respeito das quais podem ser adotadas tais medidas. Assim, elas podem ser adotadas, em princípio, no trato de qualquer matéria.”

Para CARRAZZA (1993, p.174) “A lei ordinária tem uma força própria: A força de lei. A força de lei consiste na possibilidade que ela tem de inovar na ordem legislativa não constitucional (conjunto de normas de nível legal) preexistente (“força de lei ativa”) e, ao mesmo tempo, de não ser afetada por normas de inferior hierarquia (“força de lei passiva”).”

De acordo com FABRETTI (1997, p.121) “É de suma importância atentar para o fato de que o princípio diz claramente que: Lei (fonte principal) e não: decreto, portaria, instrução normativa, etc. (fontes secundárias).”

Pode ter havido algumas hipóteses para o Poder Executivo instituir o SIMPLES através de medida provisória. Primeiro teria o Poder Executivo instituído o SIMPLES mediante medida provisória devido à morosidade do Congresso Nacional. O poder de criar um imposto na forma de medida provisória o Executivo o tem, pois a Constituição Federal a aborda no seu art. 62:

*“Art. 62 - Em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.
(...).”*

Segundo: o projeto de lei do SIMPLES teria tramitado de uma forma muito lenta, hipótese em que o Poder Executivo teria instituído o mencionado imposto através de medida provisória. Os tributos que o SIMPLES absorve são sustentados pelo princípio da anterioridade e assim só poderão entrar em vigor no ano subsequente a sua criação.

A Constituição Federal ressalva garantias ao contribuinte no seu art. 150, III, b:

*“Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
(...)
III - Cobrar tributos:
(...)
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
(...).”*

Portanto, não há normas na Constituição federal que vedem a instituição de imposto através de medida provisória. O que deve ser considerado é o aspecto do princípio da anterioridade, que em certas circunstâncias, pode justificar os pressupostos da medida provisória.

3.3.3. Da Seletividade

A Constituição Federal estabelece que tanto o IPI quanto o ICMS sejam seletivos, em função da essencialidade do produto (IPI) ou da essencialidade das mercadorias e dos serviços (ICMS).

Segundo MACHADO (1997, p.270) “O constituinte de 1988, ao mesmo tempo em que admitiu tenha o ICMS caráter seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços (C.F. art. 153,§2º, inc. III), preocupou-se com o estabelecimento de limitações ao legislador estadual no pertinente à fixação de alíquotas. (...)”

No caso do ICMS, o Estado de Santa Catarina adota as seguintes alíquotas de acordo com a Lei nº 10.297, de 26/12/96, nos seus artigos 19 e 20

“Art. 19 - I - 17% - Salvo quanto às mercadorias e serviços relacionados no inciso II e III;

II - 25% - nos seguintes casos:

- a) Operações com energia elétrica;*
- b) Operações com produtos supérfluo relacionados na Seção I anexo Único desta Lei;*
- c) Prestações de serviços de comunicação;*
- d) Operações com gasolina e álcool carburante;*

III - 12% - nos seguintes casos:

- a) Operações com energia elétrica de consumo domiciliar, até os primeiros 150 quilowatts;*
- b) Operações com energia elétrica destinadas a produtor rural e cooperativas rurais redistribuidoras, na parte que não exceder a 500 quilowatts;*
- c) Prestações de serviços de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário de passageiro;*
- d) Mercadorias de consumo popular, relacionadas na Seção II do anexo Único desta Lei;*
- e) Produtos primários, em estado natural, relacionados na Seção II do anexo Único desta Lei;*

f) *Veículos automotores, relacionados na Seção IV do anexo Único desta Lei;*

g) *Óleo diesel;*

h) *Coque de carvão mineral;*

Art. 20 - I - 12% - quando o destinatário estiver localizado nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo;

II - 7% - quando o destinatário estiver localizado nos demais Estados e no Distrito Federal.”

A legislação que criou o SIMPLES ao prescrever alíquotas uniformes, desrespeitou o princípio da seletividade.

O SIMPLES causa prejuízo no caso de contribuinte que eram isentos como no caso do ICMS na faixa de ME, que agora passariam a ser tributados.

Segundo FABRETTI (1997, p.132), “ isenção é considerada um favor fiscal, de natureza temporária, excluindo o pagamento do tributo.”

As isenções são decorrentes de lei, que devem especificar as condições para sua concessão.

Já a não-incidência, segundo FABRETTI (1997, p.133), “ é a dispensa definitiva do tributo sobre determinadas operações, bens ou serviços. A própria lei dispõe que, embora ocorrendo o fato gerador, não haverá incidência do imposto.”

As ME e EPP, que antes não pagavam o IPI (alíquota zero), agora terão que pagar por força do SIMPLES uma alíquota de 0,5% de IPI. Em relação aos de não-incidência, serão considerados como não tributáveis.

Isenção é, conforme art. 176 CTN:

“Art. 176 - A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único - A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante em função de condições a elas peculiares.”

Segundo HIGUCHI (1997, p.43), “(...) para a pessoa jurídica contribuinte do IPI, seja ME ou EPP, todos os percentuais serão acrescidos de 0,5% ou 0,6% caso exceda o faturamento de R\$ 720.000,00 , independentes da classificação fiscal do produto.”

Essa classificação fiscal é relativa à classificação na tabela de IPI, no qual relaciona vários produtos e alíquotas.

Lembrando que as alíquotas para o ICMS seria: ME contribuinte exclusivamente do ICMS até 1%; ME contribuinte do ICMS e ISS até 0,5%; EPP contribuinte exclusivamente do ICMS até 2,5%; EPP contribuinte do ICMS e ISS até 2%. Assim não atendendo a seletividade do produto.

3.3.4. Da Indelegabilidade tributária

No caso do SIMPLES, a parte relativa ao ICMS e ISS cuja competência de legislar sobre esses impostos cabe ao Estado e ao Município, passaria para a União, pois, o Estado que se conveniar perderia esse poder de legislar sobre esse imposto.

“Art. 7º CTN - A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da C.F. .”

Delegação de competência segundo CARRAZZA (1993, p.249) “A competência tributária é a habilitação ou, se preferirmos, a faculdade potencial, que a Constituição confere a determinadas pessoas para que tributem. Obviamente, quem pode tributar (criar unilateralmente o tributo, com base em normas constitucionais) pode, igualmente, aumentar a carga tributária, diminuí-las ou, até, suprimi-la, através da não-tributação pura e simples, ou do emprego do mecanismo jurídico das isenções.”

Segundo MACHADO (1997, p.259) “Competente para a cobrança do ICMS é o Estado em que se verifica a sua hipótese de incidência.”

Na hipótese de adesão do Estado ao SIMPLES, o poder de legislar sobre o ICMS, passaria para a Secretaria da Receita Federal. Esta também teria o poder de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos na conformidade do SIMPLES, caracterizando uma usurpação de competência do Estado.

Tal situação representa um entrave para a adesão do Estado ao SIMPLES, isto é, a perda do poder de legislar sobre o ICMS.

3.4. Fazenda não adere ao SIMPLES

A Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina enviou ofício a todos os micro e pequenos empresários esclarecendo a posição do Governo do Estado em relação a sistemática do SIMPLES. A Secretaria de acordo com o informativo nº 8 de maio de 1997, não vê vantagens no novo Sistema que acabará penalizando cerca de 76.000 contribuintes em Santa Catarina da seguinte forma:

1 - Os contribuintes passariam a ser tributados pelo ICMS, quando hoje são isentos pelo Governo do Estado. Essa isenção só afeta as Microempresas que estão inclusas no limite de 94.101,10 UFIR;

2 - Não poderiam mais utilizar-se de créditos do ICMS, destacados em notas fiscais de entrada para pagamentos a seus fornecedores - Lei 9.830/95;

3 - Seriam também tributados por uma alíquota fixa, em cascata, que fere o princípio constitucional da não-cumulatividade;

4 - Excluíram as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte da cadeia intermediária de produção, visto que os destinatários das mercadorias e/ou serviços não fariam jus a qualquer tipo de crédito relativo ao ICMS.

Pelos cálculos da Secretaria da Fazenda, a empresa que não tiver empregados e optar pelo SIMPLES, estará sacrificando recursos financeiros e seu caixa aproximadamente em média R\$ 4.800,00 , quantia relativamente alta que poderia ser utilizada de outra forma.

Com relação às justificativas que foram dadas pela Secretária da Fazenda, podemos indagar algumas como: Em 1996 a faixa que inclui as microempresas a nível estadual, possui isenção do IRPJ e PIS/PASEP além do ICMS, mas agora não serão mais isentas desses tributos federais.

Já no que diz respeito, ao princípio constitucional da não-cumulatividade realmente o SIMPLES esbarra com esse grande problema, pois as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte não poderiam mais usar os créditos relacionados com IPI e ICMS.

Da transferência de créditos, a Lei Estadual (Lei nº 9.830/95) é muito eficiente, pois as ME e EPP poderão transferir créditos em relação ao ICMS, como trata o artigo 8º do anexo XII do regulamento do ICMS.

“ART.8º A ME e EPP poderão manter o crédito do imposto oriundo de suas aquisições de mercadorias, proporcionalmente às suas vendas a contribuintes do ICMS, destinadas à comercialização ou industrialização.

§1º - Os créditos acumulados na forma deste artigo poderão ser transferidos para seus fornecedores, situados neste Estado, a título de pagamento pelas aquisições de mercadorias ou insumos que serão utilizados para a comercialização ou industrialização ou de bens destinados ao seu ativo imobilizado”.

Lembrando que caso o Estado de Santa Catarina aderisse à sistemática do SIMPLES, a empresa sediada no Estado (ME ou EPP) que decida aderir, não poderá ter filial em outro Estado, assim não poderá pagar o ICMS na forma do SIMPLES. Mas poderá ingressar no SIMPLES a nível Federal.

3.5. Por que Santa Catarina não adere ao SIMPLES?

As Microempresas no Estado estão enquadradas de acordo com a Lei nº 9.830/95, que estabelece que as Microempresas devem ter o faturamento inferior ou igual 94.101,10 UFIR, ou o equivalente a R\$ 85.707,28. Estas mesmas empresas estão sujeitas as seguintes alíquotas do SIMPLES, a nível Federal:

- a) Até R\$60.000,00 alíquota de 3%
- b) De R\$60.000,00 até R\$90.000,00 alíquota de 4%

Caso o Estado Santa Catarina viesse optar pelo SIMPLES, numa Microempresa exclusivamente comercial, os percentuais seriam majorados para 4% e 5%, respectivamente, a título de 1% destinado ao ICMS. Até fevereiro de 1997 existem, aproximadamente 105.000 contribuintes cadastrados no ICMS, que são isentos do ICMS, Têm tratamento simplificado no

que se refere as obrigações acessórias (Preenchimento de livros, guias de informações e apurações, etc..), podem adquirir equipamentos e veículos com o crédito destacado nas notas fiscais de seus fornecedores, etc. Essas empresas, caso o Estado optasse pelo SIMPLES, por força da Lei 9.317/96, passariam a não gozar de tais benefícios fiscais.

Com o SIMPLES carga tributária:

Carga tributária pelo SIMPLES para ME - Tabela 08

ME		Faturamento
Tributo	Até R\$60.000	De R\$60.000 até R\$90.000
IRPJ	0	0
PIS/PASEP	0	0
CSLL	0	0,4
COFINS	1,8	2
CONT.SEG.	1,2	1,6
Total	3,0	4,0

Fonte (jornal do CRC janeiro/fevereiro de 1997, p 03)

Carga tributária em 1996 das Microempresas em Santa Catarina - Tabela 09

Tributo	ME Fat. até R\$85.707,28
IRPJ	Isento
PIS/PASEP	Isento
CSLL	0,96
COFINS	2,0
CONT.SEG.*	Não incidência
ICMS	Isento
Total	2,96

Fonte (jornal do CRC janeiro/fevereiro de 1997, p 03)

* Para efeito de análise, consideramos uma ME sem funcionários visto que a grande maioria dos contribuintes inscritos no cadastro do ICMS não contam com quadro funcional. Mas pagará 15% sobre retirada dos sócios.

* Para efeito de análise, consideramos uma ME sem funcionários visto que a grande maioria dos contribuintes inscritos no cadastro do ICMS não contam com quadro funcional. Mas pagará 15% sobre retirada dos sócios.

Outro aspecto que deve ser levados em consideração, é que as ME como as EPP, seriam tributados por uma alíquota fixa, em cascata, que fere o princípio constitucional de não cumulatividade (CF art.155, §2º,inc. I), ou seja, seriam tributados nas diversas etapas de circulação dos bens e serviços.

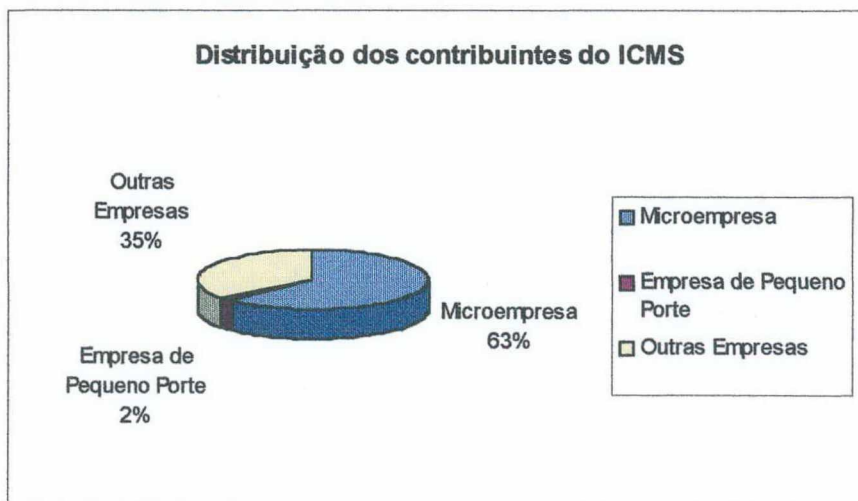
*“artigo 155, §2º,I : Seria não-cumulativo, compensando-se o que foi devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviço com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
(...).”*

Pleiteia-se a adesão de Santa Catarina ao SIMPLES. O SIMPLES beneficia uma parcela específica de contribuintes no Estado, somente aqueles com faturamentos entre R\$ 140.938,01 à R\$ 720.000,00, que representam 8,27% do total de contribuintes cadastrados. (Jornal CRC janeiro/fevereiro 1997, p3)

Com relação a esse novo regime de tributação, instituído a partir de dezembro de 1996, deixará de existir para as ME, o regime de isenção do IRPJ e da contribuição ao PIS, pois as ME a nível estadual que não eram tributados passariam a ser tributados.

Abaixo mostraremos como está a situação dos contribuintes do ICMS

Gráfico 3



Conforme o gráfico vemos que a grande maioria dos contribuintes do ICMS são as ME, e o Estado se justifica que com a adesão ao SIMPLES estaria penalizando essa faixa de contribuintes.

O Estado do Paraná com seu SIMPLES/Paraná tributa sua primeira faixa com 1 UPF que não ultrapassa a quantia de R\$ 29,00, assim tributando de uma forma simbólica esses contribuintes.

A faixa de EPP é aquela, segundo o Estado de Santa Catarina, que seria beneficiada com a adesão ao SIMPLES.

Recordando, ainda, que o convênio a ser firmado com a União poderá ser feito somente para ME, somente para EPP ou para ambas.

Exemplo comparando a tributação normal (97), tributação antiga (96) e com o SIMPLES

Faremos a seguir uma comparação entre a tributação na forma do SIMPLES, a antiga e atual forma de tributação. Faremos dois exemplos um com faturamento de R\$ 40.000,00 e outro de R\$ 70.000,00.

Cálculo do exemplo de tributação normal - Tabela 10

Tributação normal	Faturamento	Exemplo	Exemplo
Tributo	até R\$ 85.707,28	40.000,00	70.000,00
IRPJ	1,20	480	840
PIS/PASEP	0,65	260	455
CSLL	0,96	384	672
COFINS	2	800	1400
Cont.seg.*	não incidência	0	0
ICMS	isento	0	0
Total	4,81	1.924	3.367

* pagará 15% sobre retirada do sócio.

Cálculo do exemplo pela tributação antiga - Tabela 11

Tributação antiga	Faturamento	Exemplo	Exemplo
Tributo	até R\$ 85.707,28	40.000,00	70.000,00
IRPJ	isento	0	0
PIS/PASEP	isento	0	0
CSLL	0,96	384	672
COFINS	2	800	1400
Cont.seg.*	não incidência	0	0
ICMS	isento	0	0
Total	2,96	1.184	2.072

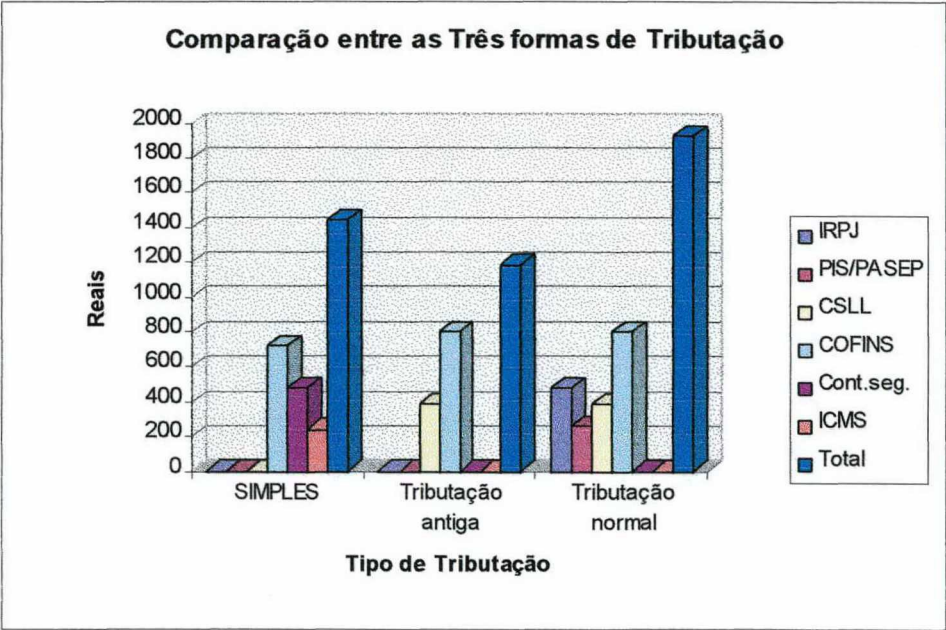
* pagará 15% sobre retirada do sócio.

Cálculo do exemplo pelo SIMPLES - Tabela 12

SIMPLES	Faturamento	Exemplo	Faturamento	Exemplo
Tributos	até R\$ 60.000,00	40.000,00	de R\$ 60.000,00 até R\$90.000,00	70.000,00
IRPJ	0	0	0	0
PIS/PASEP	0	0	0	0
CSLL	0	0	0,4	280
COFINS	1,80	720	2,0	1400
Cont.seg.	1,20	480	1,6	1120
ICMS*	0,60	240	0,8	560
Total	3,60	1.440	4,80	3.360

* Aplicando a alíquota do Estado do Maranhão para as Me inclusas no SIMPLES

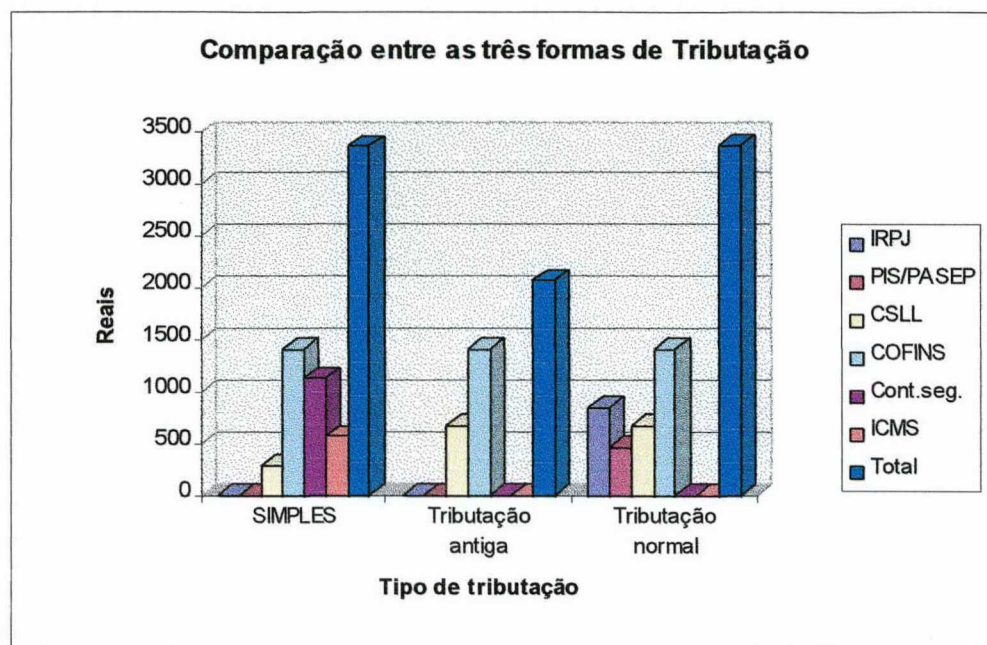
Gráfico do exemplo de R\$ 40.000,00 (gráfico 4)



Com o SIMPLES a ME estaria economizando R\$ 484,00 comparando-se com a tributação normal. Esses R\$ 484,00 representariam 1,21% do faturamento (R\$ 40.000,00).

Lembrando que a tributação antiga estará sendo tributada com relação aos seguintes tributos (IRPJ e PIS/PASEP) para o ano se 1997. Uma das características do SIMPLES é que as empresas (ME e EPP) possam crescer, e em consequência criarem mais empregos.

Gráfico do exemplo de R\$ 70.000,00 (Gráfico 5)



* Nesse caso há quase uma igualdade em termos monetários. A diferença é de apenas R\$ 7,00, mas com o SIMPLES ainda seria a melhor forma de tributação.

3.6. Carga tributária das empresas que não optarem pelo SIMPLES

As Microempresa e Empresas de Pequeno Porte que não se enquadrarem no SIMPLES, sofrerão a seguinte carga tributária, com relação aos Impostos e Contribuições instituídos pela União, caso o Estado não venha a aderir ao SIMPLES:

- Imposto de Renda - 15% sobre a base de cálculo. Adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo de lucro que ultrapassar a R\$ 240.000/ano.

- COFINS - 2% sobre o faturamento bruto, referente a atividade fim da empresa.
- CSLL - 0,96% calculado direto da receita bruta. Acrescido de 8% sobre as demais receitas e ganhos de capital.

- PIS - 0,65% da receita operacional bruta da empresa.
- Contribuição sindical patronal - % varia de acordo com o capital registrado.

Essa nova carga tributária sofrerá um grande aumento para quem não se enquadrar no SIMPLES, pois a nível estadual há um grande número de microempresas que não pagam IRPJ e PIS/PASEP e passarão a pagá-los, pois eram isentos em 1996.

3.6.1. Empresas não enquadradas no SIMPLES, com relação ao INSS:(não tendo empregados)

Empresas não enquadradas no SIMPLES terão que pagar as seguintes porcentagens com relação ao INSS:

- carnê - 20% sobre salário base, conforme tabela do INSS (obrigação pessoa física);
- 15% sobre a retirada, a título de pró-labore;

3.6.2. Empresas enquadradas no SIMPLES, com relação ao INSS (não tendo empregados)

Já as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte enquadradas no SIMPLES pagarão a seguinte porcentagem em relação ao INSS.

- carnê - 20% sobre salário base, conforme tabela do INSS.

Nota-se que a grande diferença está na retirada do pró-labore, pois as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte não pagarão os 15% sobre a retirada dos sócios.

3.6.3. Empresa tendo empregados (com relação aos Encargos Sociais)

Sem dúvida a criação do SIMPLES se dá para a criação de novos empregos, pois as ME e EPP são grandes geradoras de empregos.

Porcentagem gasta com Encargos Sociais - Tabela 13

Empresa não enquadrada no SIMPLES	%	Empresa enquadrada no SIMPLES	%
INSS	20,00	FGTS	8,00
SENAI / SENAC	1,00		
SESI / SESC	1,50		
Salário educação	2,50		
INCRA	0,20		
SEBRAE*	0,60		
SAT*	2,00		
FGTS	8,00		
Total de recolhimento	35,80	Total de recolhimento	8,00

Fonte (SEBRAE p 1)

* Lembrando que o SAT varia de acordo com o grau de periculosidade do trabalho.
(vária de 1% , 2% e 3%)

* SEBRAE variável de 0,3% a 0,6% conforme legislação previdenciária.

A redução dos encargos sociais com o SIMPLES é substancial pois passa de 35,8% para 8%. Essa redução seria para que mais empresas (ME e EPP) regularizem as situações de seus empregados. Segundo o Deputado Paulo Bauer (relator do projeto do SIMPLES), o SIMPLES surgiu necessariamente para gerar empregos, pois diminuem muito os encargos sociais.

Exemplo:

ME com faturamento anual de R\$ 96.000,00 e com uma folha de pagamento de R\$ 11.000,00

* INSS - Patronal
11.000,00 X 27,80% = 3.058

$$\frac{3.058}{96.000} = \text{*3,19\%}$$

* Os gastos com os encargos sociais representam 3,19% do faturamento da empresa. No caso de uma ME na faixa de até R\$60.000,00 somente o INSS seria maior do que sua alíquota no SIMPLES.

3.7. Pontos Favoráveis e desfavoráveis do SIMPLES:

Desta forma, podem ser identificados aspectos favoráveis e desfavoráveis para o contribuinte, decorrente de adesão ao SIMPLES.

3.7.1. Pontos favoráveis do SIMPLES

- Com a instituição do SIMPLES, o governo tende a simplificar a tão falada carga tributária, que os empresários julgavam ser muito penosa.
- O SIMPLES tem o propósito de estimular a regularização das ME e EPP, e as pendências com a Fazenda Nacional, pois poderá parcelar seus débitos com a mesma.
- Como uma solução para o desemprego, pois as ME e EPP enquadradas no SIMPLES, passariam a pagar somente 8% de FGTS em vez de 35,8% (total de recolhimento sobre folha de pagamento). Normalmente esse desemprego, decorrente de processos produtivos com elevados índices tecnológicos e da nova febre, a tão falada globalização da economia, as ME e EPP são inquestionavelmente grandes geradoras de empregos.

3.7.2. Pontos desfavoráveis do SIMPLES:

- Em relação ao ICMS seu fato gerador é a circulação de mercadorias. Enquanto no caso do SIMPLES seria a receita bruta.
- O SIMPLES não é protegido pelos mais importantes princípios que regem o sistema tributário brasileiro.
- Os Estados podem legislar sobre o ICMS, relativo a ME e EPP, já que compete ao Estado legislar, conforme Constituição Federal.
- O artigo 5º da Lei nº 9.317/96 do SIMPLES, usa a expressão contribuinte do IPI, sem esclarecer se o acréscimo incidirá também no caso de empresa industrial que fabrique todos os produtos com alíquota zero.

3.8. As razões que levam os Estados a não aderirem ao SIMPLES

Algumas pessoas indagam se o SIMPLES não seria um tributo novo ou uma técnica fiscal para simplificar o recolhimento de vários tributos num único documento. Mas o SIMPLES nada mais é do que uma nova forma de pagamento de Impostos e Contribuições.

O SIMPLES foi instituído por várias razões: criar mais empregos, pois as microempresas e as empresas de pequeno porte são sem nenhuma discussão grandes geradoras de empregos. A outra seria a simplificação tributária, porque o SIMPLES reúne o pagamento de vários impostos numa mesma data, de acordo com algumas pessoas o SIMPLES viria a diminuir a sua carga tributária.

Mas a União só tem poder de legislar sobre impostos e contribuições federais, assim, dependendo do convênio dos Estados para poder legislar sobre o ICMS. Os Estados resistem por várias razões, mas a Lei nº 9.317/96 não obriga sua adesão. Não ingressando no SIMPLES teriam que implantar um regime simplificado para as ME e EPP a nível de ICMS.

Alguns Estados da Federação não pretendem aderir ao SIMPLES, a nível Estadual (ICMS), portanto se continuarem a tributar as ME e EPP da forma antiga, estariam - nas prejudicando. Como no caso de Santa Catarina, que na faixa de ME eram isentas do IRPJ e PIS/PASEP e agora seriam tributados de forma normal, independente da adesão do Estado.

A grande razão para que os Estados não se integrem ao SIMPLES, segundo HIGUCHI (1997, p.43), “ Os empresários sócios de empresas de Pequeno porte, com faturamento entre R\$ 120.000 e R\$ 720.000, ficaram, eufóricos com a lei do SIMPLES, mas a euforia certamente, durará pouco. Os Estados e Municípios dificilmente aderirão ao SIMPLES por várias razões uma delas seria porque o Estado incluso no SIMPLES terá uma grande diminuição da arrecadação do ICMS. Já que 80% das empresas, possui receita bruta de até R\$ 720.000.”

Para os Estados é muito mais fácil e conveniente instituir um sistema de tributação simplificado para as ME e EPP, a nível Estadual do que aderir ao SIMPLES. Como o caso do Estado do Paraná que teve uma grande idéia para as ME e EPP, pois não pretendiam ingressar no SIMPLES, e assim criou um clone do SIMPLES para as suas ME e EPP. Essa seria uma ótima saída para os Estados que não pretendem aderir ao SIMPLES a nível Estadual.

Também o Estado, no qual se fizer o convênio com a União, perderá o poder de arrecadar, fiscalizar e cobrar os tributos que estão no convênio. A perda desses poderes se dá porque o Estado passará para a União o poder de legislar sobre o ICMS. Caso esse convênio aconteça, a União repassará mensalmente até o ultimo dia útil do mês da arrecadação o valor devido do ICMS e ISS.

“Artigo 17 - Compete à Secretária da Receita Federal as atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES.

(...)

§ 2º - A celebração de convênio, na forma do artigo 4º, implica delegar competência, à Secretária da Receita Federal, para o exercício das atividades de que trata este artigo, nos termos do artigo 7º da lei nº 5.172 de 25/10/66 (CTN).

(...).”

Segundo FABRETTI (1997, p.296), “ as disposições sobre a arrecadação do ICMS e ISS dependem de convênio a ser firmado, individualmente entre cada Estado e Município. A resistência dos Estados e Municípios, entre outras razões de ordem política, se deve ao fato de que, aderindo ao SIMPLES, abrem mão do poder de fiscalizar que passa a ser concentrado pela Secretária da Receita Federal.”

De acordo com HIGUCHI (1997, p.43), “ A razão para a não adesão ao SIMPLES seria porque provocará diminuição da arrecadação do ICMS.”

O motivo de ordem política é de grande importância pois esses Estados dependeriam da liberação dos recursos arrecadados pelo SIMPLES, assim ficando à mercê do Governo Federal. Esse grande medo de ceder a arrecadação para a União, o torna um dos grandes motivos para a não inclusão dos Estados na sistemática do SIMPLES.

O poder de fiscalizar também é importante pois, o Estado não saberá o quanto estará movimentando este convênio com a União. Entretanto, a Lei do SIMPLES deixa lacunas com relação a esse ponto pois, poderá haver parcerias entre os Estados e a União. Mas o medo de perder a delegação da competência em relação ao ICMS, é sem dúvida um dos grandes motivos em que os Estados se baseiam para o não ingresso no SIMPLES.

As regras desses convênios seriam estipulados pela União e assim os Estados seriam meros espectadores perante esses convênios. Mas a lei prevê que os Estados tenham o poder de fiscalizar porque poderá estar previsto no convênio, uma parceria entre o Estado e a União.

Conforme artigo 17, §3 da Lei nº 9.317/96 :

“Art. 17.

(...)

§3 - o convênio a que se refere o parágrafo anterior poderá, também, disciplinar a forma de participação das unidades federadas nas atividades de fiscalização.”

3.9. O SIMPLES / Paraná

Uma saída para o Estado de Santa Catarina seria a criação do SIMPLES / Santa Catarina. Pois, o Estado não tem interesse em aderir ao SIMPLES, por vários motivos. Essa idéia é boa porque já que não vão aderir, criam uma espécie de clone do SIMPLES para seu Estado. O pioneiro foi o Estado de Paraná, e agora mais dois Estados entraram nessa mesma idéia, são eles o Estado de Minas Gerais e Piauí.

O SIMPLES/Paraná tem basicamente três faixas de enquadramento, que pagará os seguintes percentuais:

Faixa “ A ” - 1 unidade Federal do Paraná (UPF); *

Faixa “ B ” - 1% se contribuinte do ICMS;

0,5% se contribuinte do ICMS e ISS;

Faixa “ C ” - 2,5% se contribuinte do ICMS;

2% se contribuinte do ICMS e ISS.

*Lembrando que essa primeira faixa, na antiga forma de tributação, era isenta da cobrança do ICMS.

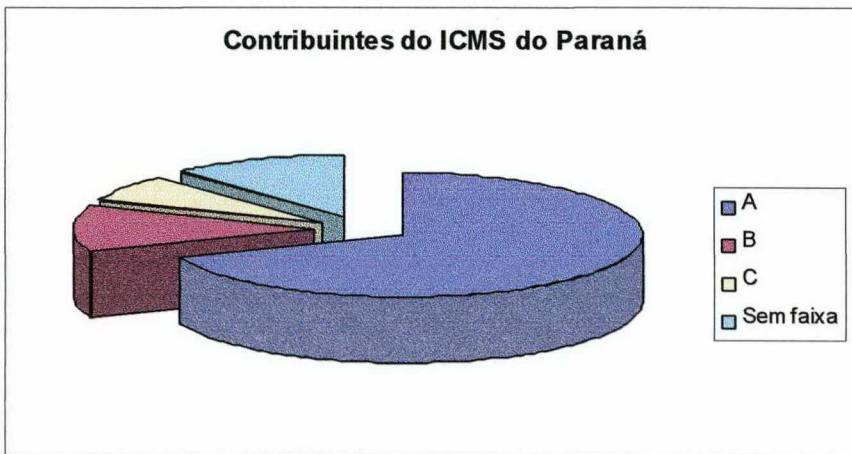
A arrecadação do ICMS comparando os períodos de 1996 e 1997:

Evolução dos contribuintes do ICMS - Tabela 14

Faixa	Abril a Agosto de 96	Abril a Agosto de 97	Evolução	Média mensal 97
A	1.661	9.661	481,64	1.932
B	4.652	2.440	-47,55	488
C	14.115	8.714	-38,26	1.743
Total	20.428	20.815	1,89	

Fonte (Relatório da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná)

Percentual do número de contribuintes do ICMS do Estado do Paraná, conforme gráfico:

Gráfico 6

Fonte (Relatório da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná)

* Com relação aos contribuintes sem faixa, é que estão sendo tributado pelo antigo regime de tributação.

A Secretária da Fazenda do Estado do Paraná relaciona algumas vantagens em relação ao SIMPLES/Paraná:

- Retira a clandestinidade das ME e EPP em relação ao seu cadastramento;
- Amplia o prazo de recolhimento;
- Garante maior segurança e agilidade nos repasses ao Estado e Municípios;
- Aumenta o índice de participação dos Municípios no Fundo de Participação dos Municípios.

Além do Estado do Paraná, os Estados de Minas Gerais e Piauí, também criaram um clone do SIMPLES a nível Estadual (sistema paralelo ao SIMPLES).

O SEBRAE defende alternativas em relação ao SIMPLES a nível de contribuintes do ICMS: a primeira seria a adesão do Estado; a segunda seria a criação de um sistema paralelo ao SIMPLES, como foi feito no Estado do Paraná.

Os motivos em que levaram ao Estado do Paraná a não aderirem ao SIMPLES foram:

- A concentração da arrecadação de suas receitas passariam para as mãos da União;
- Delegação da competência em relação ao ICMS, que iria passar para a União;
- As regras desse convênio seriam estipuladas pela União, em relação a dados sobre arrecadação e fiscalização.

3.10. O Estado do Maranhão adere ao SIMPLES

O Estado pioneiro do ingresso no SIMPLES foi o Estado do Maranhão. O convênio firmado com a União abrange somente as ME. As alíquotas serão mostradas abaixo :

Carga tributária das MEs do Maranhão - Tabela 15

Faixa de receita bruta R\$	Contribuinte do IPI		não contribuinte do IPI	
	contribuinte só do ICMS	contribuinte do ICMS e ISS	contribuinte só do ICMS	contribuinte do ICMS e ISS
Até 60.000,00	4,1%	3,8%	3,6%	3,3%
de 60.000,01 até 90.000,00	5,3%	4,9%	4,8%	4,4%
de 90.000,01 até 120.000,00	6,5%	6,0%	6,0%	5,5%

Fonte: (DOU nº 134 de 16 de julho 1997)

Somente alíquota do ICMS - Tabela 16

Faixa de receita bruta R\$	Contribuinte do IPI		não contribuinte do IPI	
	contribuinte só do ICMS	contribuinte do ICMS e ISS	contribuinte só do ICMS	contribuinte do ICMS e ISS
Até 60.000,00	0,60%	0,30%	0,60%	0,30%
de 60.000,01 até 90.000,00	0,80%	0,40%	0,80%	0,40%
de 90.000,01 até 120.000,00	1%	0,50%	1%	0,50%

Fonte: (DOU nº 134 de 16 de julho 1997)

3.11. Exemplos Práticos:

Resolução do exercício pelo SIMPLES e pela tributação normal - Tabela 17

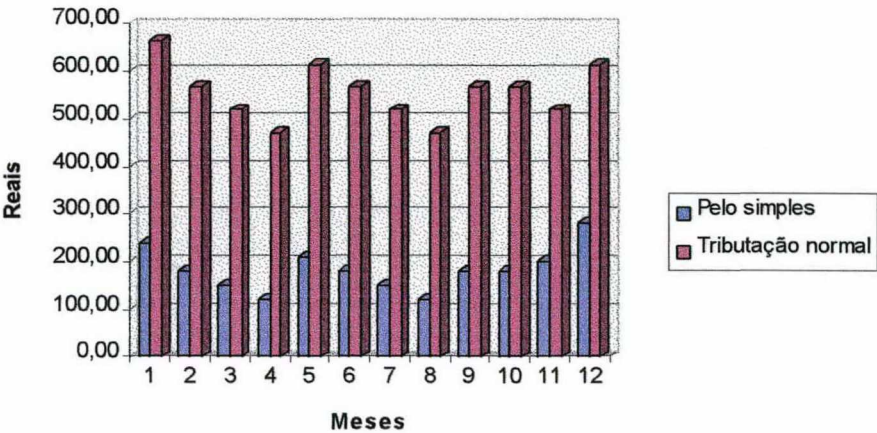
Meses	Pelo SIMPLES			Pelo cálculo de tributação normal					
	Faturamento	%	Valor devido	IR	CS	PIS	COFINS	INSS*	Total
jan/97	8.000	3	240,00	96,00	76,80	52,00	160,00	278,00	662,80
fev/97	6.000	3	180,00	72,00	57,60	39,00	120,00	278,00	566,60
mar/97	5.000	3	150,00	60,00	48,00	32,50	100,00	278,00	518,50
abr/97	4.000	3	120,00	48,00	38,40	26,00	80,00	278,00	470,40
mai/97	7.000	3	210,00	84,00	67,20	45,50	140,00	278,00	614,70
jun/97	6.000	3	180,00	72,00	57,60	39,00	120,00	278,00	566,60
jul/97	5.000	3	150,00	60,00	48,00	32,50	100,00	278,00	518,50
ago/97	4.000	3	120,00	48,00	38,40	26,00	80,00	278,00	470,40
set/97	6.000	3	180,00	72,00	57,60	39,00	120,00	278,00	566,60
out/97	6.000	3	180,00	72,00	57,60	39,00	120,00	278,00	566,60
nov/97	5.000	4	200,00	60,00	48,00	32,50	100,00	278,00	518,50
dez/97	7.000	4	280,00	84,00	67,20	45,50	140,00	278,00	614,70
Total	69.000		2.190,00	828,00	662,40	448,50	1.380,00	3.336,00	6.654,90

*
Folha de pagamento
1.000,00 X 27,80% = 278

Os cálculos dos Impostos e Contribuições foram feitos dentro da legislação vigente para esses impostos. (IR - 1,2%; CS - 0,96%; PIS - 0,65%; COFINS - 2%).

Gráfico 7

Comparação entre o SIMPLES e a tributação normal



Com relação ainda ao INSS teria o acréscimo do 13º salário (R\$ 278,00), 1/3 de férias (R\$ 92,66) e ainda poderá ser acrescido de 15% sobre o pró-labore supondo retirada de um salário mínimo (R\$18,00x12 meses = 216 reais), passando de R\$ 6.654,90 para um total de R\$ 7.241,56.

Conclusões e Recomendações

Conclusões:

O Brasil obteve um grande avanço com relação ao seu sistema tributário, porque com a criação do SIMPLES, os micros e pequenos empresários tiveram uma grande simplificação de sua carga tributária, do qual os empresários reclamavam tanto. Mas o SIMPLES vem atender somente as ME e EPP, contudo, já é um grande avanço para o nosso sistema tributário.

Hoje as grandes geradoras de empregos são as ME e EPP e os empresários tiveram um grande ganho com relação ao INSS, que penalizava em muito a vida de uma empresa (ME e EPP). Além do que a criação do SIMPLES vai tornar mais fácil o seu gerenciamento, pois com ele vão se tornar mais simples as operações das empresas.

Depois de vários anos de pendência tributária, devido a mudança constante da economia brasileira, encontra-se uma luz no fim do túnel escuro da economia do Brasil. O Brasil começa a se estabilizar, apesar dos pacotes. Sendo assim, somente sobrevirão empresas com boa contabilidade, pois é nela que estarão todas as informações para um bom andamento da empresa.

Para delimitar quais foram os motivos que levaram o Estado de Santa Catarina a não aderir a nova sistemática de pagamento de Impostos e contribuições - “ SIMPLES ”. São vários os motivos no qual o Estado de Santa Catarina apresenta como justificativa para a não adesão podemos destacar algumas delas:

O SIMPLES fere o princípio da não-cumulatividade, não podendo a empresa usar seus créditos relacionados com as operações de compra e venda de mercadorias. Assim, o Estado entende que estaria prejudicando esses contribuintes.

Não é só esse princípio que o SIMPLES fere, mas para uma tão esperada simplificação da carga tributaria, tornar-se-ia difícil uma situação em que não tivesse divergências.

Um dos princípios que o SIMPLES fere é o da seletividade, pois no SIMPLES, não haverá uma classificação fiscal dos produtos como no caso do ICMS, passaria a ter uma única alíquota em vez de várias faixas de acordo com legislação de cada Estado.

O grande medo dos vários Estados do Brasil e não somente de Santa Catarina seria de passar para a União o poder de delegar a competência sobre o ICMS. Perdendo assim o poder de legislar sobre o mesmo.

Mas como mostramos no capítulo III, o convênio a ser firmado pela União e os Estados que venham em aderir ao SIMPLES, poderá disciplinar formas de participação dos Estados em relação a fiscalização do ICMS.

O Estado de Santa Catarina também comenta que estaria penalizando as ME, pois eram isentas do ICMS e com a adesão do Estado, passaria a ser tributada. E também fala que só estaria beneficiando as EPP, que hoje no Estado são poucas em relação as MEs. Entretanto a lei do SIMPLES permite que o Estado possa conveniar somente as MEs, somente as EPPs ou as duas juntas.

Uma grande solução apresentada pelo Estado do Paraná, foi a criação do SIMPLES/Paraná, pois estão na mesma situação de Santa Catarina, não pretendem aderir ao SIMPLES. No caso do Paraná também estariam tributando suas MEs que eram isentas do ICMS, mas agora estão sendo tributados de uma forma simbólica.

O Estado de Santa Catarina poderia criar o seu SIMPLES, assim relacionando vantagens para as MEs e EPPs para sua inclusão no SIMPLES/Santa Catarina.

Recomendações

Seria uma sugestão para próxima monografia falar sobre o SIMPLES/Paraná, pois foi uma grande saída para o Estado. E nesta monografia foi dado um apanhado geral sobre o SIMPLES/Paraná.

Bibliográfica

1-Legislação:

BRASIL, Lei Federal nº 9.317 de 05 de dezembro de 1996. Dispõe sobre regime tributário das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. DOU 06-12-1996. Brasília.

BRASIL, Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996. Institui fonte custeio para a manutenção da Seguridade Social, na forma do §4º do artigo 195 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília.

BRASIL, Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília.

BRASIL, Instrução Normativa nº 74, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe a respeito do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. DOU 30-12-1996. Brasília.

SANTA CATARINA, Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte no campo do ICMS.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, DOU 05-11-1988.

SANTA CATARINA, Anexo XII do regulamento do ICMS - Tratamento diferenciado e simplificado da ME e EPP no campo do ICMS.

SANTA CATARINA, Lei nº 10.397, de 26 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

2-Periódicos:

IOB. Ed. de Publicações Periódicas. Imposto de Renda e Legislação Societária. Medida Provisória nº 1.526/96, de 05-11-1996 (DOU 06-11-1996). nº 46/96, p 1555 - 1560.

COAD. Ed. de Publicações Periódicas. Outros assuntos Federais. Medida Provisória nº 1.526/96, de 05-11-1996 (DOU de 06-11-1996). nº 45/96, p 509 - 517. 1996.

COSTA, Eliud José da . Estudos e Pesquisas - As complicações jurídicas do SIMPLES - Lei nº 9.317/96. Secretaria do Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. nº 3 de janeiro de 1997, p 11-15.

INFORMATIVO Fazenda - Estudos e Pesquisas - Lei nº 9.317/96. Florianópolis: Secretária da Fazenda do Estado de Santa Catarina, nº 8, maio de 1997, p 1.

CRC, Jornal do. de Santa Catarina - Janeiro/Fevereiro de 1997.

MERCANTIL, jornal Gazeta - Quarta-feira, 12 de março de 1997. p A-6.

3-Livros:

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1991.

BITTENCOURT, Sidney. Comentários ao SIMPLES. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 1997.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional tributário. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 3ª ed. Mc Graw-Hill do Brasil, 1983.

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade Tributária. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, Hilário. Contabilidade Comercial. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FUHRER, Maximillianus Cláudio Américo. Resumo de direito comercial. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

HIGUCHI, Hiromi; **HIGUCHI**, Fábio Hiroschi. Imposto de Rendas das Empresas. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, Sérgio de; **MARTINS**, Eliseu; **GELBCKE**, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por ações - aplicável também às demais sociedades. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, Eva Maria , **MARCON**, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997..

OLIVEIRA, Juarez de (organizador). Código Comercial . 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

OLIVEIRA, Juarez de (organizador). Código Tributário Nacional. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SAVANI, José Roberto. Repensando as Pequenas e Médias Empresas. São Paulo, ed. Makron Books. 1994.